

GAGO, V. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

Kena Azevedo Chaves¹

kenachaves@gmail.com

Greve e trabalho, substantivos historicamente masculinizados, entraram em disputa a partir da ação das mulheres que agrupou coletivos e organizações de inúmeros países, para que juntas transformassem a história do feminismo. A greve internacional de mulheres é um catalisador de lutas e uma ferramenta prática de investigação política, que desde 2017 conecta milhares de mulheres em todo mundo. Verónica Gago escreve de dentro do processo e toma a greve como lente e material analítico, ponto de vista específico para discutir problemáticas relacionadas ao movimento feminista. Integrante do Coletivo *NiUnaMenos*, uma das organizações que compôs os comitês de greve e de mobilização na Argentina, nascida em 1976 em Chivilcoy, província de Buenos Aires, Verónica Gago é doutora em ciências sociais, professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade de San Martín (Unsam), pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (Conicet) e autora de livros e artigos.

Traduzido para o português pela editora Elefante em 2020 e publicado originalmente pela editora argentina *Tinta Limón* em 2019, “A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo” está organizado em oito capítulos, propositadamente para coincidir com as oito consignas do documento coletivo elaborado para a Primeira Greve Internacional de Mulheres, em 08 de março de 2017. Verónica Gago entende a “potência feminista” como construção possível de uma teoria alternativa de poder, e apresenta a hipótese de que a greve de mulheres seja um processo através do qual se intensifica a insubordinação. Ao analisar as articulações, assembleias e mobilização para a greve na Argentina, problematiza as múltiplas formas de exploração a que os corpos feminizados estão expostos. Abre o livro posicionando seu texto nas trincheiras da greve, toma como tarefa pensá-la de forma situada, a partir de um território específico e singular, entendendo essa singularidade como ponto de entrada à uma problemática ampla.

A greve é apresentada no primeiro capítulo como um dispositivo organizativo aglutinador que evidencia o acumulado histórico de lutas anteriores e que acolhe múltiplas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Rio Claro).

realidades. Protagonizada a partir de territórios, sujeitos e experiências, a greve se mostra importante ferramenta para cartografar as diferentes violências e opressões vividas pelas mulheres. Construindo uma cartografia prática da política feminista, produz um mapa global evidenciando a relação orgânica entre acumulação e violência, e, justapondo formas de exploração, conecta trabalho doméstico e exploração financeira. Ao mapear as formas de trabalho e exploração provoca a necessidade de redefinição do que é o trabalho e quem são os sujeitos produtivos. Colocando em xeque o trabalho patriarcal, aponta para o fato de que o trabalho digno está para além do salário, assim como a exploração.

Se a greve permite cartografar as violências e explorações cotidianas e diversas, essa cartografia evidencia que a violência singular, produzida sobre o corpo de cada uma, deve ser compreendida como um fenômeno total. No segundo capítulo a autora traz a discussão sobre a guerra “contra” e “no corpo” das mulheres, e faz uma recuperação histórica da relação entre capitalismo e violência contra as mulheres, apoiada em Mies (1986) e Federici (2018), e demonstra a importância da violência extraeconômica para a realização da acumulação primitiva. Dialogando com Segato (2014) e Rolnik (2018), destaca que, embora haja uma atualização das geometrias do poder sobre as mulheres, persiste a dimensão colonial evidente tanto nos métodos feminicidas, como na relação de propriedade com os corpos. Quatro circunstâncias estariam na base da guerra “contra o corpo”, traduzida como feminicídios e violência doméstica: a des-hierarquização dos lares, resultado da crise do patriarcado do salário; novas formas de autoridade paraestatais nos bairros, apontando a presença de organizações criminosas e paramilitares no controle da vida cotidiana nesses espaços; a espoliação e o saqueio de terras, que provoca o empobrecimento, além da perseguição e assassinato de lideranças mulheres, o nomeado “femicídio territorial”; e por último, a exploração e extração do valor dos corpos das mulheres, através da financeirização e da feminização da dívida. Por fim, retoma a ideia da guerra “no corpo”, entendendo-a como estratégia de visibilização das violências sofridas. Para a autora “deixar de silenciar sobre a violência (...) assumir que somos atacadas e que tomaremos a decisão (...) e que já não ficaremos pacificadas diante das violências cotidianas” (p.100), são formas de explicitar a “guerra no corpo”.

Tratando o corpo como um campo de batalha, no terceiro capítulo Gago detalha a noção de corpo-território, ideia-força surgida no contexto de luta das mulheres contra o extrativismo na América Central. Corpo-território toma o corpo de cada uma como parte de um corpo coletivo, como continuidade política, produtiva e epistêmica. Implica a impossibilidade de recortar ou isolar o corpo individual de um corpo coletivo, e o próprio

corpo humano do território e da paisagem. Ilumina processos de espoliação, colocando em debate outras noções de posse que não a da propriedade individual. Aponta para uma existência sempre coletiva e para um transbordamento do corpo como corpo-território, entendendo-o como politização do corpo e como lugar concreto a partir do qual se enfrenta o extrativismo. Tem-se aqui uma crítica feminista ao despojo extrativista, que investiga o vínculo orgânico entre espoliação e violência contra as mulheres. Avançando no debate apresenta uma das ideias mais importantes do livro, a noção de extrativismo ampliado: um regime político comandado pelo capital financeiro e que extrapola as fronteiras para além da extração de matéria-prima. O extrativismo ampliado diz respeito a todas as “formas de espoliação e exploração que articulam a máquina de valorização do capital” (p.110), sendo a finança o laço que interconecta os espaços de extração, e tece a relação entre o extrativismo ampliado e o extrativismo literal.

No quarto capítulo, Gago aprofunda a discussão sobre a relação entre reprodução social e produção de valor, com base na economia feminista. Com a proposição de um cruzamento entre as perspectivas feministas, marxistas e anticoloniais, Gago provoca à construção de um manifesto comunista feminista que inclua o trabalho das mulheres e dos corpos feminizados como produtores de valor, reconceituando, assim, a noção de força de trabalho. Apela à urgência de uma análise das finanças a partir da economia feminista, indicando o endividamento massivo para o consumo e a feminização da dívida como chaves para a forma ampliada do extrativismo. Violência de gênero e violência econômica mais uma vez se conectam e se reforçam, o que faz emergir, no contexto atual, o patriarcado colonial das finanças, sendo esse “uma articulação financeira que extrai valor da indistinção (...) entre o produtivo e reprodutivo” (p.173), e que, apoiado no endividamento necessário à sobrevivência das economias populares, extrai valor do consumo. “Viver produz dívida, e ela recai principalmente sobre as mulheres e os corpos feminizados” (p.174), ao explorar uma disposição de trabalho futuro, a “dívida constrange a aceitar qualquer condição de trabalho” (p.171) e, como na violência machista, reforça a obediência das mulheres.

Os capítulos quinto e sexto, retomam as atividades de organização da greve, trazendo as assembleias como materialidade do processo, e a aproximação com o movimento sindical na Argentina como ação impulsionadora de uma revisita às noções de greve e trabalho. A assembleia é tida como espaço privilegiado para elaboração de uma inteligência coletiva, espaço em que se publiciza a afetação individual e cria-se pontes com as demais, promovendo um deslocamento entre as situações individuais para elaboração de um entendimento coletivo sobre as formas de violência. Como uma máquina de decisão política, a assembleia

constrói um contra poder, uma outra força soberana, e, dada a característica diversa e massiva do movimento, permite a composição dos interesses a partir de uma luta comum. Para a autora, reside na radicalização do movimento sua capacidade de ser inclusivo, e, portanto, amplo e internacionalista. Essa internacionalização se dá a partir do Sul, da América Latina, e essa é uma novidade importante. A ubiquidade sem homogeneidade traz força para o movimento, que conecta escalas plurinacional e translocal, usando como substrato dessa articulação as lutas específicas. O transnacionalismo feminista atua em um corpo comum, e integra os territórios: domésticos; indígenas e comunitários, e; territórios da precarização. Para fechar a discussão é importante ressaltar a perspectiva de que a greve de mulheres pode ser vista como uma vitória e uma revanche histórica, ao visibilizar a cadeia de atividades e esforços que tornam contíguas a casa, o emprego, a rua e a comunidade, mostra que a “greve geral se torna realmente geral quando feminista” (p.229).

Em resposta aos avanços da mobilização feminista nos últimos tempos surge com força uma contraofensiva conservadora. O sétimo capítulo discute as três dimensões dessa contraofensiva: militar, religiosa e econômica. Tais dimensões estão entrelaçadas, mas se apoiam fortemente na perspectiva religiosa da ideologia de gênero, que une católicos e evangélicos. O giro fascista nos países latino americanos é entendido como uma resposta à radicalidade feminista, e a institucionalização da violência é aspecto central da dimensão militar dessa contraofensiva. A violência fascista, apoiada nos argumentos construídos pela igreja, emerge como tentativa de estabilização da crise de legitimidade do neoliberalismo e, por meio da violência do Estado, impõe políticas de austeridade e ajustes estruturais necessários à manutenção da acumulação. A contraofensiva econômica promove o “terror financeiro”, que se mantém sob a obediência imposta pela dívida e pelo disciplinamento militar. O resultado é o aprofundamento da crise da reprodução social, politizada pelo feminismo “como crise civilizatória e ao mesmo tempo crise da estrutura patriarcal da sociedade” (GAGO, 2020, p.268).

Por fim, o último capítulo, intitulado “8 teses sobre a revolução feminista”, fecha o livro retomando as ideias centrais discutidas ao longo de todo o texto. A edição traz como apêndice uma entrevista com a autora.

Bastante denso, o livro conecta muitas referências de autoras feministas em torno dos argumentos, o que torna a leitura bastante rica. Sua interpretação da greve como ferramenta de mobilização e mapeamento de situações, instiga à investigação para ampliação do mapa dos tipos de violência e formas de extração de valor. Ponto forte do livro, o entendimento da autora sobre o extrativismo ampliado traz ferramentas importantes para

investigar o papel das mulheres e dos corpos feminizados nas economias populares. A forma como Gago descreve o entrelaçamento das forças econômicas, militares e religiosas, a perseguição ao feminismo e combate à ideologia de gênero, como formas de garantir a perpetuação do neoliberalismo, tomam concretude ao analisarmos, a partir desse prisma, a ascensão da extrema direita no Brasil.

Referência bibliográfica

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020, 321 p. ISBN 978-85-93115-65-3

Submetido em junho de 2020

Aceito em setembro de 2020